



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 4ª VARA DO TRABALHO DE TAQUARA

Aos 23 dias do mês de agosto de 2016, compareceu à sede da 4ª Vara do Trabalho de Taquara o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0004092-29.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pela Juíza Titular, Cinara Rosa Figueiró, pelo Juiz Substituto, Charles Lopes Kuhn, pela Assistente de Diretora de Secretaria, Janaina Luiza Rypl Reis, e pelos servidores lotados nessa Vara do Trabalho. Com base nas informações prestadas pelos Gestores da Vara do Trabalho, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 14.11.2011

Data da última correição realizada: 18.08.2015

Data da Implantação do PJe: 18.08.2014

Jurisdição: Igrejinha, Parobé, Riozinho, Rolante, Taquara e Três Coroas.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 22.08.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juízes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Cinara Rosa Figueiró	Juiz Titular	Desde 27.09.2013
Charles Lopes Kuhn	Juiz Substituto	Desde 18.07.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 04/2016 da Corregedoria Regional deste TRT, a 4ª Vara do Trabalho de Taquara pertence à 65ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Desde 18.07.2016, foi instituída a modalidade de lotação plúrima nessa circunscrição, com vaga ocupada pelo Juiz Substituto Charles Lopes Kun.



2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Cinara Rosa Figueiró	Desde 27.09.2013	Juíza Titular	02 anos, 10 meses e 27 dias
2	Charles Lopes Kuhn	Desde 18.07.2016	Juiz Substituto	01 mês e 06 dias
		13 a 17.05.2016	Atuou como Juiz Auxiliar	05 dias
		16.06 a 15.07.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	30 dias
3	Lúcia Rodrigues de matos (Juíza do Trabalho Substituta)	12.03 a 12.04.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 01 dia
		13.05 a 21.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 09 dias
		22.06 a 14.07.2015	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	23 dias
		01 a 02.02.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	02 dias
		06 a 12.06.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		04 a 11.07.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	08 dias
4	Osvaldo Antonio da Silva Stocher (Juiz do Trabalho Substituto)	12.03 a 03.05.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 22 dias
		04 a 17.05.2015	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	14 dias
		18.05 a 21.06.2015	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	01 mês e 04 dias
		24 a 30.08.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		14 a 20.09.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		28.09 a 04.10.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
5	Jaqueline Maria Menta (Juíza do Trabalho Substituta)	13.04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	30 dias
		22 e 23.06.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	02 dias
		29.06 a 14.07.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	16 dias



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

		25 a 31.01.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	07 dias
		21.03 a 03.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	14 dias
		11 a 17.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
		25 e 26.04.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	02 dias
		09 a 15.05.2016	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
6	Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo (Juíza do Trabalho Substituta)	04 a 12.05.2015	Atuou como Juíza Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	09 dias
7	Edenir Barbosa Domingos (Juiz do Trabalho Substituto)	22.06 a 14.07.215	Atuou como Juiz Auxiliar (regime de Juiz Auxiliar compartilhado)	23 dias
		26.10 a 02.11.2015	Atuou como Juiz Auxiliar	07 dias
		14 a 20.12.2015	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	07 dias
8	Sheila dos Reis Mondin Engel (Juíza do Trabalho Substituta)	13 a 18.10.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	06 dias
		09 a 15.11.2015	Atuou como Juíza Auxiliar	07 dias
9	Carlos Ernesto Maranhão Busatto (Juiz do Trabalho Substituto)	30.11 a 13.12.2015	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	14 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

Juiz (a)		Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	Cinara Rosa Figueiró	Férias	04 a 17.05.2015	14 dias
		Férias	22.06 a 14.07.2015	23 dias
		Férias	30.11 a 20.12.2015	21 dias
		Férias	25.01 a 02.02.2016	09 dias
		Afastamento PA nº 0000894-81.2016.5.04.0000;	03.03 a 06.03.2016	04 dias
		Férias	16.06 a 15.07.2016	30 dias
Substituto	Charles Lopes Kuhn	Férias	18.08 a 16.09.2016	30 dias



(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 18.08.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Servidores lotados na 4ª Vara do Trabalho de Taquara				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Melina Seolino Ferrary	Analista Judiciário – Área Judiciária	Diretor de Secretaria (CJ3)	06.12.2012
2	Renata Vieira de Souza	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	10.06.2015
-	Luciane Buosi Benides	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente de Juiz Substituto (FC05)	07.01.2016
3	Janaina Luiza Rypf Reis	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente de Diretor de Secretaria (FC04)	07.10.2013
4	Tiago Dal Castel Trevizani	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	17.08.2012
5	Diogo Da Silva Correa	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.11.2014
6	Juliane Aparecida Maggioni Geib	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	03.04.2012
7	Patricia de Souza Garcia	Analista Judiciário – Área Judiciária	Assistente (FC02)	18.11.2013
8	Camila do Nascimento Fontoura	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	28.06.2016
9	Fernando Santinon	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	23.04.2013
10	Karla Cristina Rezende Andrade	Analista Judiciário – Área Judiciária	-	19.08.2013
11	Magda Elis Bernhardt De Oliveira	Analista Judiciário –	-	05.05.2016



		Área Judiciária		
12	Sabrina Fontes Da Silveira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	16.11.2012

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.363,33	1.001-1.500	12	11 a 12

A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando o cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 4ª Vara do Trabalho de Taquara está de acordo com os parâmetros previstos nas referidas normas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na 3ª Vara do Trabalho de Taquara			
Servidor(a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Melina Seolino Ferrary	Curso ou Evento (CURS)	12	13 dias
	Curso Parcial	1	
Renata Vieira de Souza *Desde 10.06.2015	-	-	-
Luciane Buosi Benides	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

*Desde 07.01.2016			
Janaina Luiza Rypf Reis	Curso ou Evento (CURS)	6	6 dias
Tiago Dal Castel Trevizani	-	-	-
Diogo da Silva Correa	Dispensa do Ponto	1	9 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	8	
Juliane Aparecida Maggioni Geib	Dispensa Médica (DM)	1	32 dias
	Doação de Sangue (DSAN)	1	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	3	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	27	
Patricia de Souza Garcia	Curso ou Evento (CURS)	2	161 dias
	Licença-Gestante (LG)	97	
	Gestante Prorrogação (LG)	60	
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Camila do Nascimento Fontoura *Desde 28.06.2016	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	17 dias
	Prazo para deslocamento (PD)	15	
Fernando Santinon	Licença para Tratamento de Saúde - Odonto (LTS)	1	1 dia
Karla Cristina Rezende Andrade	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	4	4 dias
Magda Elis Bernhardt De Oliveira *Desde 05.05.2016	Dispensa Médica (DM)	1	9 dias
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	6	
Sabrina Fontes Da Silveira	Dispensa Médica (DM)	1	29 dias
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	2	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	26	

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade

** A servidora está trabalhando na modalidade de tele-trabalho (de 02.02.2015 a 12.08.2015 e desde 14.10.2015)



2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve interrupção dos prazos processuais dos processos físicos, suspensão de carga de autos, salvo cargas rápidas relacionadas às audiências, limitação do atendimento externo ao período das 10h às 12h e das 13h30min às 17h, manutenção das medidas judiciais de urgência, liberação dos alvarás expedidos e realização das audiências designadas, conforme a Portaria Conjunta nº 01/15, expedida pelos Juízes Titulares da 1ª, 2ª e 4ª Vara do Trabalho de Taquara, datada em 09.06.2015; especificamente nos dias 29.6.2015 e 30.6.2015, houve a suspensão da realização das audiências designadas, do atendimento ao público e observância das medidas judiciais de urgência mediante acionamento do serviço de plantão, excepcionados, pontualmente, os termos da Portaria Conjunta nº 01/2015; houve, também, restauração dos termos da Portaria Conjunta nº 01/2015 a partir de 1º.7.2015, conforme a Portaria Conjunta nº 02/2015, expedida pelos Juízes titulares da 1ª, 2ª e 4ª Varas do Trabalho de Taquara; restituição dos prazo processuais que teriam fluência durante o período da greve e restabelecimento dos demais serviços a partir de 25.09.2015, conforme Portaria nº 02/2015, expedida pela Juíza do Trabalho titular da 4ª Vara do Trabalho de Taquara.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Miziara Oliveira Dos Santos	14.11.2011	24.02.2015	03 anos, 03 meses e 11 dias	Lotação no PAJT de Tramandaí
2	Ademir Claro	10.12.2012	02.08.2015	02 anos, 07 meses e 23 dias	Lotação no PAJT de Tramandaí - Assistente FC02
3	Larissa Herrmann Wanner	15.04.2015	13.01.2016	08 meses e 29 dias	Lotação na 9ª VT de Posto Alegre
4	Delcio Antonio Moretti	24.03.2014	17.01.2016	01 ano, 09 meses e 24 dias	Lotação na coordenadoria de Licitações e Contratos – Assistente FC02



5	Tiago Fagundes	14.01.2016	04.05.2016	03 meses e 21 dias	Lotação na 1ª VT de Taquara
6	Igor Leonardo De Vasconcelos Pereira	10.12.2012	27.06.2016	03 anos. 06 meses e 18 dias	Removido para o TRT da 16ª Região

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016)

2.2.6 Estagiários

Conforme consulta ao Sistema Recursos Humanos em 08.08.2016, a unidade não conta com estagiário.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 4ª Vara do Trabalho de Taquara foi enquadrada na faixa de movimentação processual de mais 1.001 a 1.500 processos por ano.

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 01a Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 01a Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 02a Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 01a Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 02a Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 01a Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 01a Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 02a Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 03a Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Canoas - 04a Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 01a Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 06a Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 01a Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 01a Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 01a Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 02a Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 01a Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 02a Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 03a Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 04a Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 01a Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 01a Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 02a Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 01a Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67
Novo Hamburgo - 01a Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 02a Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 03a Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 04a Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 05a Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 01a Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 01a Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 02a Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 03a Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 04a Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 01a Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 02a Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 03a Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 04a Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18a Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 01a Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 02a Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 03a Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Santa Maria - 01a Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 02a Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 01a Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 01a Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 01a Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 02a Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 03a Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 01a Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 02a Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 03a Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara – 04ª Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 01a Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 01a Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 02a Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	1.482	1.370	-7,56%	1.336	-2,48%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	136	204	50,00%	214	4,90%
Pendentes de finalização na fase de execução***	622	676	8,68%	699	3,40%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	16	28	75,00%	25	-10,71%
Total	2.256	2.278	0,98%	2.274	-0,18%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados

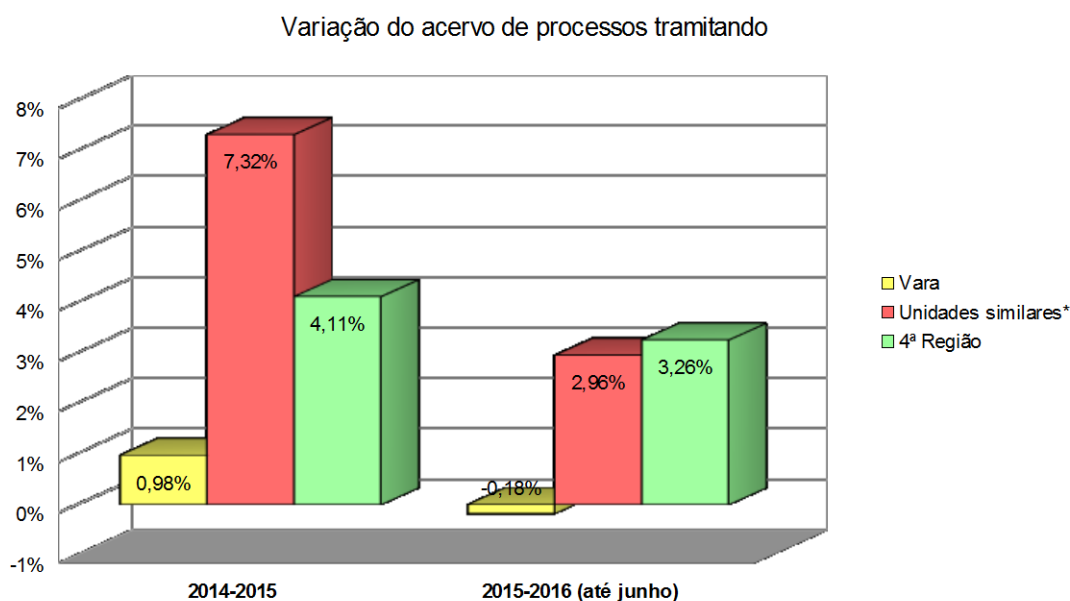


definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

Considerando todo o acervo, no ano de 2015 houve aumento de 0,98% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária, o que equivale a 22 processos. Em número de processos, a fase de liquidação foi a que mais contribuiu para a diminuição desse estoque.

Essa variação no acervo de processos em 2015 foi bastante positiva frente ao resultado apresentado pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos seis primeiros meses de 2016, verifica-se que o estoque de processos tramitando na unidade diminuiu 0,18%, índice muito positivo porque inferior à média regional no período, que foi de crescimento médio de 3,26%, como aponta o gráfico que segue:



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.331	1.360	2,18%	841	-38,16%
Sentença Anulada/Reformada	3	2	-33,33%	2	0,00%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

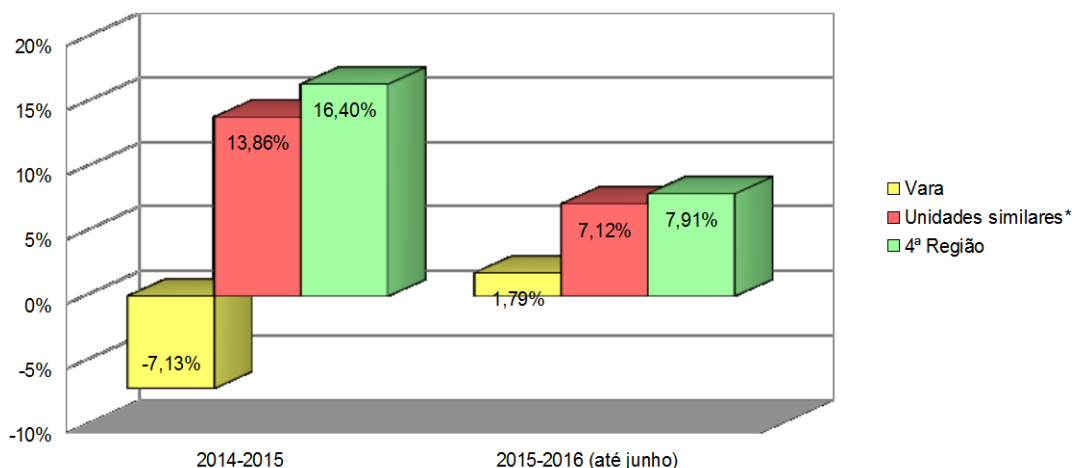
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	1.308	1.373	4,97%	819	-40,35%
Processos pendentes de solução	842	782	-7,13%	796	1,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma diminuição de 7,13% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 842 para 782 processos) – índice muito positivo porque inferior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, na qual o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	136	196	44,12%	238	21,43%
Aguardando encerramento da instrução	502	433	-13,75%	396	-8,55%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	111	93	-16,22%	44	-52,69%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	93	60	-35,48%	118	96,67%
TOTAL	842	782	-7,13%	796	1,79%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)



3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	98,27%	100,96%	2,73%	97,38%	-3,54%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	90,76%	1,45%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	89,05%	-0,07%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 100,96% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se um aumento de 2,73% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi superior ao das unidades de porte semelhante e à média geral do TRT da 4ª Região em 11,49 e 11,84 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	60,25%	62,35%	3,49%	50,46%	-19,07%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	39,24%	-28,49%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	38,53%	-30,20%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara foi de 62,35% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 3,49% superior ao verificado em 2014. De qualquer sorte, tal desempenho foi 7,48 e 7,15 pontos percentuais superior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e à média de toda a 4ª Região, respectivamente.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 30.06)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	795	60,78	823	59,94	542	66,18
	Julgado procedente	32	2,45	31	2,26	22	2,69
	Julgado procedente em parte	326	24,92	370	26,95	163	19,9



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Julgado improcedente	24	1,83	43	3,13	18	2,2
	Extinto	0	0	0	0	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.177	89,98	1.267	92,28	745	90,96
Sem exame de mérito	Extinto	11	0,84	12	0,87	3	0,37
	Arquivamento (art. 844 CLT)	80	6,12	60	4,37	47	5,74
	Desistência	36	2,75	33	2,4	14	1,71
	Outras decisões	4	0,31	1	0,07	10	1,22
	SUBTOTAL	131	10,02	106	7,72	74	9,04
TOTAL		1.308	100	1.373	100	819	100

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 65 processos solucionados na Unidade Judiciária na comparação com o ano anterior, o que representa 4,97%. Esse resultado foi inferior ao da média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou aumento de 8,19%, bem como daquela apresentada por unidades similares, de 6,84% no período, conforme especificações do quadro abaixo:

	Variação média processos solucionados		Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016	2014-2015	2015-2016	
Taquara – 04ª Vara	4,97%	-40,35%	Taquara – 04ª Vara	16,23%	-54,28%
Unidades similares*	6,84%	-44,55%	Unidades similares*	8,33%	-45,97%
TRT4 - 1ª Instância	8,19%	-45,50%	TRT4 - 1ª Instância	7,56%	-45,40%

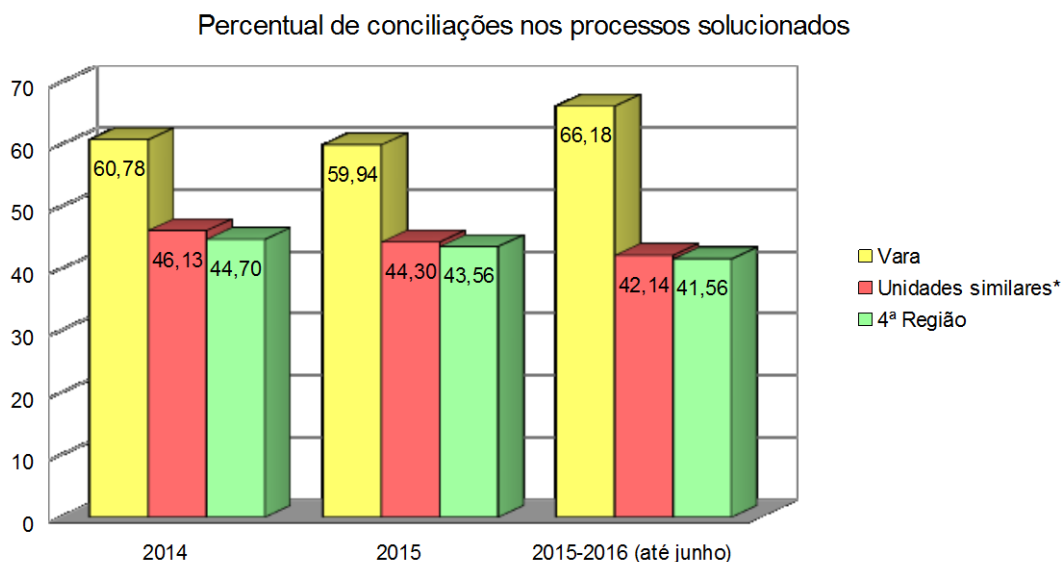
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Dentre os tipos de solução, verificou-se o aumento do número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 382 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 444 decisões, representando um aumento de 16,23%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito (sem conciliações).

Os números evidenciam, ainda, uma pequena diminuição no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária, ainda que tenha havido aumento das conciliações em números absolutos. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 795, representando 60,78% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 823, mas passou a corresponder a 59,94% das soluções na fase de conhecimento – índice superior, de qualquer maneira, ao verificado em toda a 4ª Região, que alcançou a média de 43,56% no período. Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados



mediante acordo na fase de conhecimento foi de 66,18%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Iniciadas	189	277	46,56%	180	-35,02%
Encerradas	110	219	99,09%	152	-30,59%
Pendentes	132	187	41,67%	207	10,70%
Arquivo Provisório	0	0	-	0	-

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação passou de 132, em 2014, para 187, em 2015, importando em um aumento de 41,67%. Esse percentual foi muito superior ao verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%). O principal motivo para esse resultado foi o aumento do número de processos pendentes do período anterior: 56 em 07.01.2014 e 132 em 07.01.2015.

Nos seis primeiros meses de 2016, os números refletem aumento de 10,70% no estoque de processos pendentes na fase de liquidação (20 processos).

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**



Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	58,20%	79,06%	35,84%	84,44%	6,81%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	88,74%	-0,76%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	89,52%	1,23%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 79,06% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 35,84% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 10,36 pontos percentuais bem como à média geral do TRT4 em 9,37 pontos percentuais.

Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	44,90%	53,55%	19,26%	41,42%	-22,65%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	40,52%	-26,64%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	40,91%	-24,69%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara, em 2015, foi de 53,55% do número total de liquidações a encerrar – resultado 19,26% maior que o verificado em 2014. Tal desempenho foi inferior, contudo, à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 1,68 pontos percentuais e à média geral do TRT4 em 0,77 pontos percentuais.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

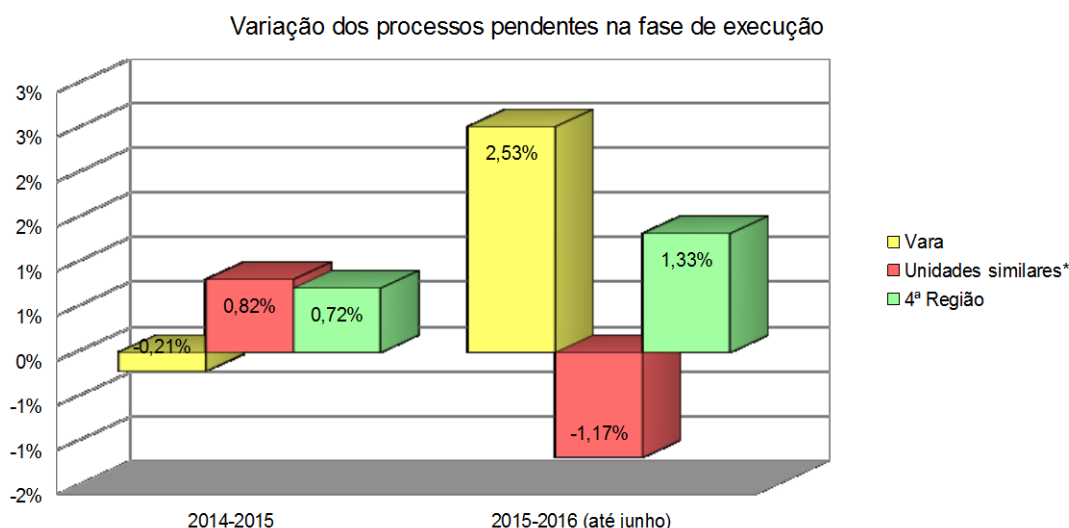
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	197	236	19,80%	177	-25,00%
	Desarquivadas para prosseguimento	12	4	-66,67%	3	-25,00%



Saídas	Encerradas	182	157	-13,74%	141	-10,19%
	Arquivadas Provisoriamente	62	47	-24,19%	27	-42,55%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	3	1	-66,67%	2	100,00%
	Demais	473	474	0,21%	485	2,32%
	Total	476	475	-0,21%	487	2,53%
Saldo no arquivo Provisório		125	166	32,80%	189	13,86%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes na 4ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou redução de 0,21%: de 476 para 475 processos. Os dados colhidos no primeiro semestre de 2016, contudo, apontam aumento no estoque de processos pendentes na fase de execução (2,53%), resultado esse um pouco pior que o geral do TRT no período, de aumento de 1,33% no número de execuções pendentes.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 30.06)	Varição 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	92,39%	66,53%	-27,99%	79,66%	19,75%
Unidades similares*	98,23%	88,75%	-9,65%	80,47%	-9,32%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	71,19%	-11,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]



Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 66,53% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 27,99% em relação ao índice do ano anterior. O índice da Unidade foi 22,22 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 13,51 pontos percentuais menor que a média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Taquara – 04ª Vara	22,81%	18,76%	-17,76%	17,24%	-8,11%
Unidades similares*	15,10%	15,79%	4,58%	9,23%	-41,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	8,97%	-41,73%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara em 2015 foi de 18,76% do número total de execuções a encerrar – resultado 17,76% menor que o verificado no ano anterior. Tal resultado foi 2,97 pontos percentuais maior que a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 3,37 pontos percentuais maior que a média geral do TRT da 4ª Região.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

BNDT					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	124	79	-36,29%	66	-16,46%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	0	0	-	0	-
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	236	258	9,32%	293	13,57%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à



alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 4ª Vara do Trabalho de Taquara, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 15.07.2016. Dessa consulta, **resultaram 07 processos** com execução encerrada definitivamente mas com devedores ainda inscritos no BNDT, conforme levantamento que segue:

1	Processo nº 0000098-73.2014.5.04.0384
Em 19-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada M. H. de Souza Calçados - ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
2	Processo nº 0000148-07.2011.5.04.0384
Em 16-3-2016 foram lançados os andamentos “extinta a execução” e “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Andressa Trentin permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
3	Processo nº 0000163-05.2013.5.04.0384
Em 3-3-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 8-4-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Elson Wendorf – ME e Elson Wendorf & Cia. Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, ambas com a informação “sem garantia total do juízo”.	
4	Processo nº 0000227-15.2013.5.04.0384
Em 3-11-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Ferreira & Ferreira Calçados Ltda. - ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
5	Processo nº 0000240-48.2012.5.04.0384
Em 18-8-2015 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, as executadas Avi Color Componentes para Calçados Ltda., VJI PLAST - Indústria e Comércio de Plástico Ltda. e Injetados Padrão Ltda. permanecem inscritas junto ao BNDT, todas com a informação “sem garantia total do juízo”.	
6	Processo nº 0000737-91.2014.5.04.0384
Em 19-1-2016 foi lançado o andamento “extinta a execução”. Em 8-4-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada C.C. Pavimentadora Ltda. permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	
7	Processo nº 0001926-75.2012.5.04.0384
Em 2-3-2016 foi lançado o andamento “arquivado definitivamente”. No entanto, a executada Marlene Ferreira - ME permanece inscrita junto ao BNDT, atualmente com a informação “sem garantia total do juízo”.	



3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 30.06)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
Embargos de declaração	124	105	40	149	154	32	42	50	20
*Antecipações de tutela	90	92	16	52	59	8	66	55	9
Impugnações à sentença de liquidação	5	4	1	2	3	0	3	2	2
Embargos à execução	23	24	16	35	30	21	13	2	14
Embargos à arrematação	1	1	0	1	0	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exceções de pré-executividade	4	9	2	1	2	1	7	0	6
Total	247	235	75	240	248	62	131	109	51

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 240 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma diminuição de 2,83% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou aumento de 5,53% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 235 para 248. Por causa disso, houve diminuição no estoque total de incidentes processuais que estavam pendentes de decisão: em 31.12.2014 eram 75 processos e em 31.12.2015, 62. Destaca-se, por fim, que em 06.07.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 51 processos, saldo 17,74% inferior ao do final do 2015 – sendo que os embargos de declaração eram a espécie que correspondia à maior parte dos incidentes processuais ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como no exemplo que segue:



Em 01/02/2016 houve pedido de **Antecipação de Tutela**, que foi apreciado e indeferido na mesma data. Entretanto, a decisão foi proferida mediante simples despacho. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema (não concedida antecipação de tutela), permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

2 Processo nº 0000573-63.2013.5.04.0384

Foi protocolada petição de **Embargos à Execução** em 06/08/2014, que foi apreciada em 18/08/2014. Todavia, os embargos foram recebidos como Agravo de petição, permanecendo sem solução o incidente. Sem que tenha sido dada a específica solução no sistema, permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 16.08.2016)

*Na mesma situação os processos n. 20673-34.2016.5.4.384; 20699-32.2016.5.4.384; 20931-44.2016.5.4.384.

Importante ressaltar, portanto, a existência de distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais podem decorrer de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Sumaríssimo	79,98	120,60	50,80%	96,00	-20,40%
	Ordinário	223,14	249,65	11,88%	213,79	-14,37%
	Total	220,17	247,27	12,31%	212,76	-13,96%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 4ª Vara do Trabalho de Taquara apresentou aumento de 12,31%, passando de 220,17 para 247,27 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou aumento de 50,8% em relação à média do ano anterior, passando de 79,98 para 120,6 dias. No rito ordinário, foi registrado um prazo médio de 249,65 dias, prazo este 11,88% maior que o ano de 2014.

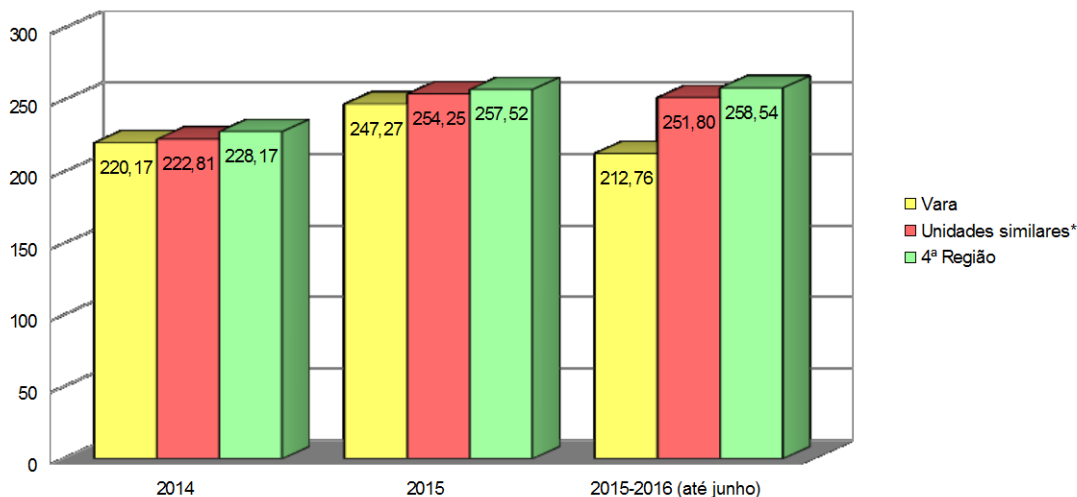
Por sua vez, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 2,74% menor (6,98 dias) que a média identificada nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 3,98% menor (10,25 dias) que a média do prazo de todas as Unidades de 1ª instância do TRT4, ampliando-se a diferença verificada em relação ao ano de 2014.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo



médio total da fase de conhecimento foi de 212,76 dias, resultado este 15,5% menor (39,04 dias) que o prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 17,71% menor (45,78 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento



4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	..	59	#VALOR!	..	#VALOR!
	Ordinário	197,32	197,4	0,04%	207,58	5,16%
	Total	197,32	196,68	-0,32%	207,58	5,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

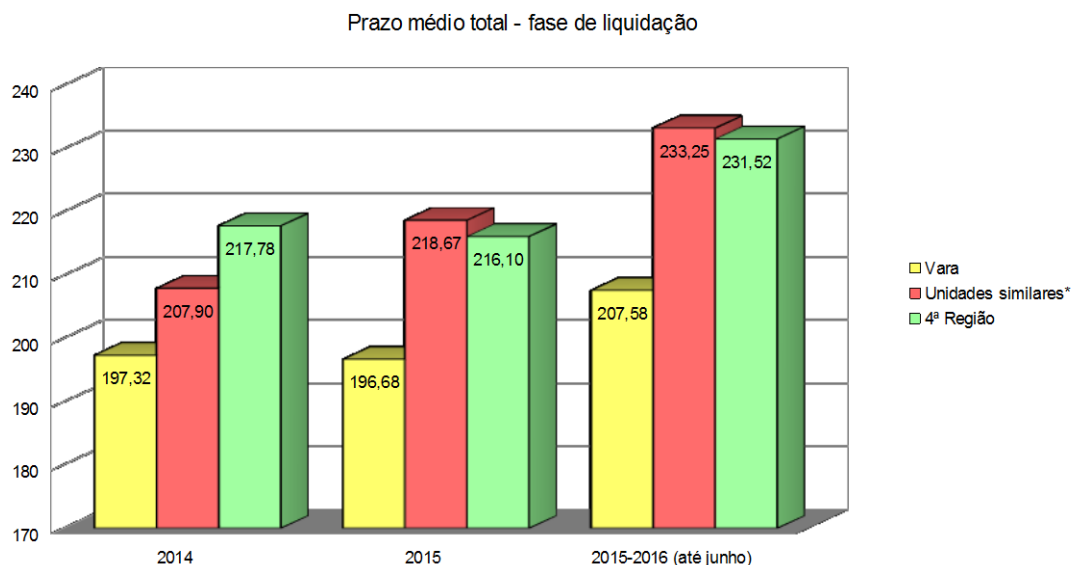
No ano de 2015, o prazo médio total decorrido entre o início e o encerramento da liquidação diminuiu 0,32%, passando de 197,32 para 196,68 dias. Os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de junho, apontam, contudo, uma tendência de aumento do prazo médio total da liquidação.

O lapso médio de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 10,06% menor (21,99 dias) que a média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 8,98% menor (19,42 dias) que o prazo médio de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro semestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 11% menor (25,67 dias) que o prazo médio nas demais Unidades Similares e 10,34% menor (23,94 dias) que o prazo médio verificado nas Unidades integrantes da 4ª Região, conforme



apontado no gráfico abaixo.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	343,23	287,00	-16,38%	387,48	35,01%
	Ente público	434,00	522,80	20,46%	1.245,72	138,28%
	Total	346,45	294,86	-14,89%	473,31	60,52%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, diminuiu de 434,23 dias, em 2014, para 287 dias, em 2015. Contudo, os dados apontam que, no primeiro semestre de 2016, a média apresentou aumento de 35,01%, chegando a 387,48 dias.

Quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução aumentou de 434 dias, em 2014, para 522,8 dias, em 2015. Nos seis primeiros meses de 2016, o lapso de tramitação apresentou novo e drástico aumento, para 1.245,72 dias, o que equivale a 138,28% na comparação com 2015.

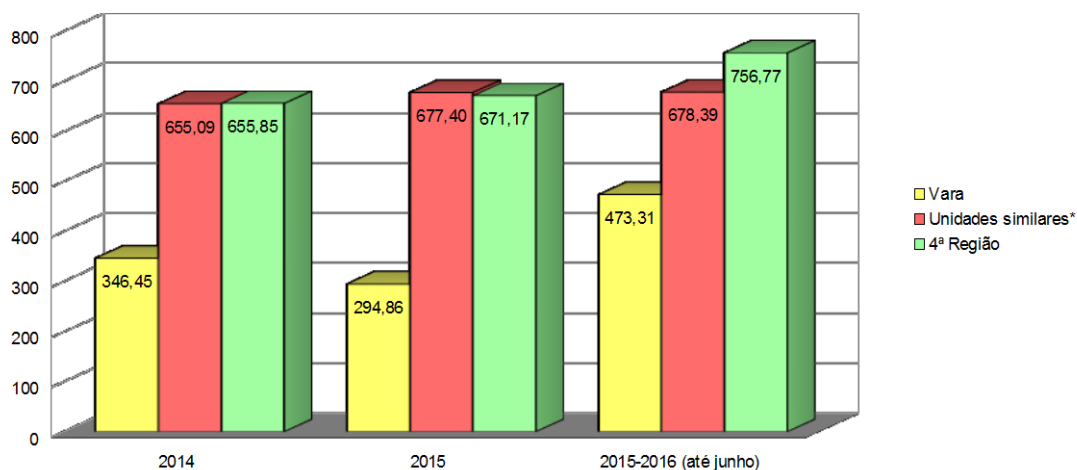
Constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 4ª Vara do Trabalho de Taquara foi 56,47% inferior (382,54 dias) ao das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015 e 56,07% menor (376,31 dias) que a média de toda a 4ª Região. Sinala-se que a Unidade, em 2015, apresentou prazo médio processual mais célere do que os



verificados nas demais unidades de faixa de movimentação processual similar, bem como de todo o TRT da 4ª Região, aprofundando as diferenças existentes já no ano de 2014.

Finalmente, verifica-se que no primeiro semestre de 2016 o prazo médio da Unidade apresentou aumento de 60,52% em relação ao ano de 2015, ficando, ainda assim, 30,23% menor (205,08 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar e 37,46% menor (283,46 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução



5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.360	1.373	100,96%	Meta Cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
840	810	96,43%	Meta cumprida



5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
235	176	74,89%	Meta não cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
13	13	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez juniores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015
Wms Supermercados do Brasil Ltda.	15	15
Estado do Rio Grande do Sul	11	8
Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	6	4
União	0	0
OI S.A.	4	7
Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	0	0
Caixa Econômica Federal - CEF	7	2
Banco do Brasil S.A.	3	2
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0



Total em 2014	Total em 2015	Percentual atingido	Resultado
48	39	-18,75%	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	220,17	247,27	217,97	Meta não cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	950	795	872,5	823	882	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.06.2016	Solucionados até 30.06.2016	%	Resultado parcial (até 30.06)
841	819	97,38%	Indicativo de não cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015	%	Resultado



e 30.06.2016			
842	803	95,37%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 30.06)	Meta para 2016	Resultado parcial
Total de acordos	950	795	872,5	542	890	Indicativo de cumprimento da meta
Média mensal de acordos	79,17	66,25	72,71	90,33	74,17	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 30.06)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial
177	161	90,96%	Indicativo de não cumprimento da meta

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
o	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo de processos tramitando em 30.06.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Wms Supermercados do Brasil Ltda.	15	11
União	0	0
Estado do Rio Grande do Sul	8	7
Caixa Econômica Federal - CEF	2	1
Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	4	4
OI S.A.	7	10
Banco do Estado do Rio Grande do Sul	2	0
Claro S.A.	1	1
Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	4	0

Total em 2015	Total em 2016 (até junho)	Percentual atingido	Resultado
43	34	-20,93%	Indicativo de cumprimento da meta

6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às segundas, terças e quartas-feiras pela manhã e às quintas-feiras manhã e tarde. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo:

J1	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	7-9(I) 4-5(P)	7-9(I) 4-5(P)	7-9(I) 4-5(P)		
Tarde					

*J2	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-		-	6-7 (I) 3-4(P)	-
Tarde			-	6-7 (I) 3-4(P)	-

* O Juiz Substituto distribui os processos incluídos em pauta entre a manhã e a tarde de quinta-feira. São incluídos em pauta entre 12 e 14 iniciais e entre 5 e 7 prosseguimentos.



(Fonte: Informação da Assistente de Diretora de Secretaria 23.08.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento

Não há necessidade de pautas específicas para processos distribuídos pelo rito sumaríssimo, pela pequena quantidade desses. Quando necessário, são incluídos em pauta dentro do prazo legal.

Há inclusão em pauta de processos na fase de execução sempre que solicitado pelas partes.

Ações Consignatórias não são incluídas em pauta.

Nas férias de um dos juízes, quem está atuando na unidade faz “pautões” de iniciais do juiz que se encontra em férias. São colocados em torno de 20 iniciais em cada “pautão”.

Também há pautas só com iniciais em função do fechamento de empresas, pois entram muitas ações concomitantes nesse caso.

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	J1	J2	J1	J2
Inicial	03.10.2016	20.10.2016	03.10.2016	20.10.2016
Una Sumaríssimo	-	-	-	-
Instrução	22.02.2017	09.02.2017	21.02.2017	09.02.2017

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria 23.08.2016)

6.3 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Variação	2016	Variação
				2014-2015	(até 30.06)	2015-2016
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª Audiência	Sumaríssimo	26,95	35,21	30,63%	40	13,60%
	Ordinário	45,95	56,93	23,88%	56,04	-1,56%
	Total	45,51	56,52	24,19%	55,93	-1,05%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo aumentou de 26,95 dias, em 2014, para 35,21 dias, em 2015 (aumento de 30,63%). Da mesma forma, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário, ainda que de forma menos significativa, subiu de 45,95 dias, em 2014, para 56,93 dias, em 2015 (aumento de 23,88%). O prazo total das audiências na Unidade, no ano de 2015, ficou em 56,52 dias, apresentando aumento de 24,19% em relação ao



ano anterior.

No primeiro semestre de 2016, o prazo médio total apresentou redução de 1,05%, totalizando 55,93 dias.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios menores do que apontados pelo Sistema e-Gestão nesse ano de 2016.

6.4 PRAZO MÉDIO DE AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 30.06)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	26,08	71,21	173,04%	113,43	59,28%
	Ordinário	238,32	135,59	-43,10%	117,93	-13,02%
	Total	234,12	134,15	-42,70%	117,89	-12,12%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo aumentado de 26,08 dias, em 2014, para 71,21 dias, em 2015 (variação de 173,04%). Por sua vez, o rito ordinário registrou redução do prazo médio: de 238,32 dias, em 2014, para 135,59 dias, em 2015 (queda de 43,1%).

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis indicam prazos médios maiores do que apontados pelo Sistema e-Gestão.

6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	47	28	3	25	103
Charles Lopes Kuhn	9	7	0	0	16
Cinara Rosa Figueiró	802	520	27	47	1.396
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	9	9	0	0	18
Edenir Barbosa Domingos	52	44	0	1	97
Lúcia Rodrigues de Matos	65	39	0	5	109
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	169	151	1	3	324
Sheila dos Reis Mondin Engel	29	23	0	0	52
Juiz não informado	2	1	0	0	3
TOTAL	1.184	822	31	81	2.118



2016 (até 30.06)					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Charles Lopes Kuhn	42	34	1	1	78
Cinara Rosa Figueiró	634	281	0	40	955
Jaqueline Maria Menta	99	74	1	1	175
Lúcia Rodrigues de Matos	23	28	0	1	52
TOTAL	798	417	2	43	1.260

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Eventuais adiamentos de pautas deverão ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	2015				Sem exame de mérito TOTAL	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL		
Adriana Ledur	-	1	0	1	-	1
André Sessim Parisenti	-	3	0	3	-	3
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	57	2	0	59	2	61
Charles Lopes Kuhn	6	6	0	12	-	12
Cinara Rosa Figueiró	556	295	0	851	81	932
Cláudia Elisandra de Freitas Carpenedo	7	3	0	10	1	11
Edenir Barbosa Domingos	34	21	0	55	3	58
Lúcia Rodrigues de Matos	39	20	0	59	7	66
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	107	91	0	198	12	210
Sheila dos Reis Mondin Engel	17	2	0	19	-	19



TOTAL	823	444	0	1.267	106	1.373
--------------	------------	------------	----------	--------------	------------	--------------

2016 (até 30.06)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carlos Ernesto Maranhão Busatto	-	10	0	10	-	10
Charles Lopes Kuhn	29	1	0	30	11	41
Cinara Rosa Figueiró	436	152	0	588	54	642
Edenir Barbosa Domingos	-	1	0	1	-	1
Jaqueline Maria Menta	66	0	0	66	6	72
Lúcia Rodrigues de Matos	11	6	0	17	2	19
Oswaldo Antonio da Silva Stocher	-	29	0	29	1	30
Sheila dos Reis Mondin Engel	-	4	0	4	-	4
TOTAL	542	203	0	745	74	819

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 06.07.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
Juíza Cinara Rosa Figueiró	Processos de Cognição	98
Juíza Cinara Rosa Figueiró	Embargos à execução	02
Juíza Jaqueline Maria Menta	Processos de Cognição	29
Juíza Lúcia Rodrigues de Matos	Processos de Cognição	09
Juiz Oswaldo Antonio da Silva Stocher	Processos de Cognição	08
Juiz Oswaldo Antonio da Silva Stocher	Embargos de declaração	07
Juíza Sheila dos Reis Mondin Enge	Processos de Cognição	02
Total: 155 processos		

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 19.08.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 04.07.2016)

* A listagem das sentenças pendentes há mais de 50 dias consta em anexo ao final da presente ata de correição.

7 ROTINAS DE SECRETARIA

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES e OFÍCIOS

Na data da inspeção, estavam sendo cumpridos os ofícios e as notificações determinados em despachos datados de 05.08.16.



Despachos urgentes são cumpridos de imediato.

Os processos para a Procuradoria Regional Federal são enviados pelo malote.

7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, AUTORIZAÇÕES JUDICIAIS, PRECATÓRIOS E RPVs

O prazo da execução está mais atrasado que o de conhecimento, assim como os cumprimentos. Na data da inspeção, estavam sendo cumpridos mandados, autorizações judiciais, precatórios e RPVs despachados em julho.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

Os alvarás são prioritários para a unidade e, por isso, feitos todos os dias.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

A unidade recebe cerca de 95 petições por dia, em média: 80 nos processos eletrônicos e 15 no PJe. É feita a separação entre dois grupos, um que inclui conhecimento e liquidação e outro apenas execução. Na data da inspeção, no PJE, estava sendo despachado o protocolo do dia 19.08.2016, nos processos das fases de conhecimento e liquidação, e do dia 19.07.2016, na execução. Nos processos físicos, estava sendo despachado o protocolo de 05.08.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da inspeção, estava certificado o prazo até 16 de julho no PJE e até 08 de julho nos processos físicos.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

Há remessa de autos ao TRT duas vezes por semana.

7.7 CONVÊNIOS

A unidade utiliza todos os convênios disponibilizados pelo TRT4.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

A unidade procura realizar arquivamento todos os meses.

7.9. EXECUÇÃO REUNIDA

A unidade conta com algumas execuções reunidas. Nos processos reunidos é dado andamento de “processo sobrestado” e eles não tem sua execução encerrada.

7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A Vara inscreve os devedores no BNDT após resultado negativo do Bacen. Fazem a retirada depois do pagamento da dívida, após a revisão do processo.

7.11 EXAME DOS LIVROS



7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0001185-98.2013.5.04.0384	04.05.2016
2	0001186-83.2013.5.04.0384	16.05.2016
3	0001026-58.2013.5.04.0384	20.06.2016
4	0016800-73.2009.5.04.0383	27.06.2016
5	0000845-91.2012.5.04.0384	04.07.2016
6	0000307-76.2013.5.04.0384	11.07.2016
7	0001368-06.2012.5.04.0384	13.07.2016
8	0000206-05.2014.5.04.0384	19.07.2016
9	0001082-28.2012.5.04.0384	21.07.2016
10	0000962-56.2010.5.04.0383	22.07.2016
11	0093600-82.2008.5.04.0382	29.07.2016
12	0002043-66.2012.5.04.0384	03.08.2016
13	0000977-17.2013.5.04.0384	05.08.2016
14	0000424-81.2010.5.04.0381	08.08.2016
15	0001011-89.2013.5.04.0384	10.08.2016
16	0000954-08.2012.5.04.0384	10.08.2016
17	0000953-23.2012.5.04.0384	10.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.08.2016)

Conforme consulta ao Sistema inFOR, verificou-se que, embora estejam vencidos os prazos de devolução de autos há mais de 10 dias, há visível por parte da Unidade Judiciária para a cobrança desses processos, sobretudo com expedição de notificações aos procuradores que retiveram os autos em carga além do prazo previsto.

7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR

	Processo	Prazo
1	0000138-60.2011.5.04.0384	25.05.2016
2	0000346-39.2014.5.04.0384	16.06.2016
3	0000255-51.2011.5.04.0384	03.08.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.08.2016)

7.11.3 Mandados – Prazos vencidos há mais de 10 dias da data da consulta ao sistema inFOR



Em consulta ao sistema inFOR, na data de 22.08.2016, não foi constatada a existência de nenhum mandado pendente de cumprimento na Unidade Judiciária.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 22.08.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **170 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	Processo nº 0000626-10.2014.5.04.0384
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: Certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação de sentença, com indicação da data e horário da respectiva publicação, nos termos do art. 97 da CPC/2015. Movimentação Processual: nada a apontar.	
2	Processo nº 0000033-15.2013.5.04.0384
Fase: Conhecimento Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
3	Processo nº 0001106-30.2010.5.04.0383
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 176v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 181 e verso) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. Movimentação Processual: nada a apontar.	
4	Processo nº 0000551-39.2012.5.04.0384
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
5	Processo nº 0001857-43.2012.5.04.0384
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Ausência de informação imprescindível nos termos de carga: não consta o prazo para devolução. Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 302v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 307-9) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. Certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação da sentença de embargos (fls. 298), com indicação da data e horário da respectiva publicação, nos termos do art. 97 da CPC/2015.	



Movimentação Processual: nada a apontar.	
6	Processo nº 0019500-27.2006.5.04.0383
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
7	Processo nº 0001402-78.2012.5.04.0384
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: Ausência de protocolo de recebimento: não consta protocolo de recebimento na petição apresentada à fl. 127, sem carimbo ou etiqueta adesiva com rubrica e identificação do servidor responsável pelo recebimento, ou autenticadas por protocolador eletrônico (Art. 44 da CPCr). Termo de juntada com informações incompleta: termo de juntada lançado à fl. 139v não menciona os comprovantes de recolhimento de custas e depósito recursal (fls. 145v e 146) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 269 e seguintes sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCr) Movimentação Processual: nada a apontar.	
8	Processo nº 0000355-98.2014.5.04.0384
Fase: Liquidação Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
9	Processo nº 0000714-82.2013.5.04.0384
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: nada a apontar. Movimentação Processual: nada a apontar.	
10	Processo nº 0000022-54.2011.5.04.0384
Fase: Execução Aspectos Gerais dos autos: Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 369 – 373 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPCr) Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada quanto à petição da reclamada das fls. 180-2. (Art. 101 da CPCr). Certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação da sentença (fls. 201-6), com indicação da data e horário da respectiva publicação, nos termos do art. 97 da CPCr. Certidão de publicação de sentença: ausência de certidão de publicação da sentença de embargos (fl. 216), com indicação da data e horário da respectiva publicação, nos termos do art. 97 da CPCr. Ausência do termo de juntada: ausência do termo de juntada do recurso da reclamada (fls. 223-9) - (Art. 101 da CPCr). Movimentação Processual: nada a apontar.	

* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo, são listadas as práticas irregulares da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 22.08.2016



Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000832-58.2013.5.04.0384	0001871-27.2012.5.04.0384
0000749-76.2012.5.04.0384	0000469-11.2012.5.04.0383
0002240-21.2012.5.04.0384	
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0000881-65.2014.5.04.0384	
Registrar suspensão/sobrestamento no inFOR – Processos Exemplos:	
0000334-59.2013.5.04.0384	
Aguardando informação de CP expedida há mais de 45 dias – Processos Exemplos:	
0001705-92.2012.5.04.0384	0002045-36.2012.5.04.0384
0001836-67.2012.5.04.0384	

8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informação da Assistente de Diretor de Secretaria, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Segundo informação da Assistente de Diretor, há liberação do depósito recursal após a citação, sendo deduzido o valor da conta.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Assistente de Diretor informou que a Juíza **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconSIDERAÇÃO da personalidade jurídica da empresa executada e apenas eventualmente faz consulta ao sistema BacenJud antes da citação.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 18.08.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em 22.08.2016. Ocasão em que o acervo processual da 4ª Vara do Trabalho de Taquara contava com 979 processos na fase de conhecimento, 67 processos na fase de liquidação, 98 processos na fase de execução e 1.687 processos arquivados.

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	6
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	4
Processos com petições não apreciadas	7
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	1
Processos com Habilitações nos Autos Não Lidas	11

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	2017 Mês 01 - dias 16 a 20	258	0020679-75.2015.5.04.0384	06.04.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento	86	0020179-43.2014.5.04.0384	25.10.2015
Aguardando audiência	Conhecimento	292	0021168-15.2015.5.04.0384	26.11.2015
Aguardando Cumprimento de Acordo ou Pagamento	09 Setembro 2016	1	0020854-69.2015.5.04.0384	28.04.2016
Aguardando término dos prazos	Conhecimento	1	0020552-06.2016.5.04.0384	22.08.2016
Analisar Despacho	CINARA ROSA FIGUEIRO	3	0020438-67.2016.5.04.0384	22.08.2016



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Analisar Dependência	CINARA ROSA FIGUEIRO	2	0020998-09.2016.5.04.0384	22.08.2016
Análise de Perícias	Prazo laudo 2016 - 09 (setembro) - 1ª quinzena	58	0020665-57.2016.5.04.0384	14.07.2016
Análise do Conhecimento	Conhecimento	2	0020567-72.2016.5.04.0384	22.08.2016
Imprimir Correspondência	Conhecimento	2	0020034-84.2014.5.04.0384	19.08.2016
Intimações automáticas com pendências - Con	- Fernando	3	0020487-11.2016.5.04.0384	22.08.2016
Minutar Decisão	Dr. Osvaldo	22	0020201-04.2014.5.04.0384	11.04.2016
Minutar Despacho	Conhecimento	2	0020980-94.2016.5.04.0381	17.08.2016
Minutar Dependência	Conhecimento	1	0021012-90.2016.5.04.0384	22.08.2016
Minutar Sentença	Dra. Sheila dos Reis Mondin Engel	225	0020299-61.2015.5.04.0381	09.11.2015
Preparar Comunicação	Conhecimento	5	0020873-75.2015.5.04.0384	22.08.2016
Publicar DJE	Juliane	2	0020701-02.2016.5.04.0384	22.08.2016
Publicar DJE - Con	Fernando	1	0020303-89.2015.5.04.0384	22.08.2016
Triagem Inicial	Conhecimento	3	0021011-08.2016.5.04.0384	19.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Liq	Servidora Juliane	3	0020186-35.2014.5.04.0384	17.06.2016
Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação	5	0020123-10.2014.5.04.0384	01.02.2016
Analisar Despacho - Liq	CHARLES LOPES KUHN	1	0020154-30.2014.5.04.0384	22.08.2016
Análise de	Prazo	5	0020089-35.2014.5.04.0384	11.07.2016



Perícias	laudo 2016 - 09 (setembro) - 1ª quinzena			
Intimações automáticas com pendências - Liq	Liquidação	1	0020182-95.2014.5.04.0384	220.8.2016
Publicar DJe - Liq	Liquidação	4	0020462-66.2014.5.04.0384	22.08.2016
Aguardando Cumprimento de Providência - Exec	Exec - Para Protocolo Bacen	90	0020480-53.2015.5.04.0384	16.05.2016
Aguardando Audiência - Exe	Execução	1	0021157-83.2015.5.04.0384	15.08.2016
Analisar Despacho - Exec	CINARA ROSA FIGUEIRO	1	0020384-38.2015.5.04.0384	22.08.2016
Análise de Execução	Execução	1	0020277-28.2014.5.04.0384	22.08.2016
Minutar Decisão - Exec	Dra. Cinara - exceção de pré-executividade	1	0020453-07.2014.5.04.0384	02.05.2016
Minutar Despacho - Exec	Execução	1	0020323-17.2014.5.04.0384	15.08.2016
Preparar Comunicação	Janaína	3	0020331-57.2015.5.04.0384	22.08.2016

9.1 ANÁLISES DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS

Para apontamentos específicos quanto ao andamento/movimentação processual, foram selecionados e analisados os seguintes processos no dia 10.08.2016:

1	Processo nº 0020077-84.2015.5.04.0384
Fase: Conhecimento	
Movimentação Processual: demora no impulso processual – embargos de declaração opostos pelas partes em 11.04.2016 (IDs cf4413c e 50f2e48), com conclusão realizada em 29.06.2016 e decisão proferida em 30.06.2016 (ID 65e176c). Em seguida, as partes foram	



notificadas em 18.07.2016 (ID 63e38a1).

2 **Processo nº 0020210-38.2015.5.04.0381**

Fase: Conhecimento

Movimentação processual: demora no impulso processual – vencimento do prazo em 24.06.2016 para ciência da reclamada, Alca Calçados Ltda – ME, notificada por edital (ID 3900fde), acerca da sentença e dos recursos interpostos, sem impulso processual posterior verificado quanto à remessa dos autos ao TRT (despacho – ID 2bd34f9).

Processo na pasta de tarefa “Remeter ao 2o Grau” desde 18.07.2016

3 **Processo nº 0020072-62.2015.5.04.0384**

Fase: Conhecimento

Movimentação processual: demora no impulso processual – **1)** entre recurso interposto pela reclamada em 16.06.2016 (ID 9c60d51) e despacho de admissibilidade proferido em 11.07.2016 (ID 369b5c3). **2)** Embargos de declaração opostos pela 2ª reclamada em 22.04.2016 (ID 98c0915), com conclusão realizada em 09.05.2016 e decisão proferida em 14.06.2016 (ID 58df006).

4 **Processo nº 0020117-66.2015.5.04.0384**

Fase: Liquidação

Movimentação Processual: demora no impulso processual – entre petição de cálculos apresentada pela reclamada em 27.06.2016 (ID ce06c26) e a expedição de notificação para ciência do reclamante em 05.08.2016 (ID 2270424).

5 **Processo nº 0020359-59.2014.5.04.0384**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – entre a devolução dos mandados de notificação das reclamadas, com resultado negativo, em 05.05.2016 (IDs 7f19efa e 0e4787c) e despacho subsequente proferido em 14.06.2016 (ID 4c80d8b), determinando a notificação por edital.

6 **Processo nº 0020263-44.2014.5.04.0384**

Fase: Liquidação

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo preclusivo em 29.06.2016 (ID 4aebe9e) para ciência da reclamada acerca dos cálculos apresentados pelo reclamante, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo. Posteriormente, em 03.08.2016 (ID fade1c0), o reclamante apresentou pedido de homologação, ainda não apreciado pelo Juízo, em decorrência do silêncio da reclamada.

Processo na pasta de tarefa “Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - 2016 Mês 08 - 01 a 05” desde 03.08.2016.

7 **Processo nº 0020188-05.2014.5.04.0384**

Fase: Liquidação



Movimentação processual: demora no impulso processual – petição de cálculos do reclamante protocolada em 29.06.2016 (ID d87e506), ainda não apreciada pelo Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Liq - PROTOCOLO*” desde 29.06.2016.

8

Processo nº 0020480-53.2015.5.04.0384

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – após a devolução do mandado de notificação da reclamada em 18.05.2016 (ID 8f7b93c), com resultado negativo, não houve impulso processual por iniciativa do Juízo.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Lançar / Alterar conta*” desde 16.05.2016.

9

Processo nº 0020190-04.2016.5.04.0384

Fase: Execução – Carta Precatória para Penhora

Movimentação processual: demora no impulso processual – após o vencimento do prazo em 18.03.2016 (ID 324a5b8) para ciência do executado da penhora realizada, não é verificado impulso processual por iniciativa do Juízo deprecado. Em 06.07.2016, foi enviado e-mail pelo Juízo deprecante (ID d56da7b), solicitando informações, ainda não apreciado pelo Juízo deprecado.

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - PROTOCOLO*” desde 06.07.2016.

10

Processo nº 0020078-15.2014.5.04.0384

Fase: Execução

Movimentação processual: demora no impulso processual – entre citação da reclamada para pagamento em 18.05.2016 (mandado – ID 9d9b920) e certidão correspondente de decurso de prazo exarada, apenas, em 25.07.2016 (ID 1c538cf).

Processo na pasta de tarefa “*Aguardando Cumprimento de Providência - Exec - Aguardando resultado Bacen*” desde 01.08.2016.

O trabalho no PJE é dividido entre dois grupos de servidores: um grupo é responsável pelos processos em fase de instrução e liquidação e outro pelos processos na fase de execução.

Na fase de execução, predomina a organização por tarefa. Nas fases de instrução e liquidação, por carteira. Todos os servidores têm contato com o PJe.

Todos os processos do protocolo e do prazo vencido são colocados dentro da pasta *aguardando cumprimento de providências* e dela são retirados. A pasta *preparar comunicação* acumula os processos que envolvem



cumprimento, os quais são distribuídos em pastas organizadas pelo nome dos servidores.

Dois servidores controlam os processos incluídos em pauta e fazem as notificações.

Os processos são movimentados regularmente e, na data da inspeção, não foram constatadas irregularidades relevantes em relação aos prazos e andamentos processuais.

Verificou-se uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e uma boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT

Conforme consulta ao cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, **não houve atuação** da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado na Unidade Judiciária.

11 OUVIDORIA

Constam na Ouvidoria deste TRT **04 expedientes** relativos à 4ª Vara do Trabalho de Taquara durante o período correccionado: 03 no ano de 2015 e 01 neste ano de 2016, abaixo listados:

Ano	Protocolo nº	Processo nº
2015	2032/2015	0000429-26.2012.5.04.0384
2015	4729/2015	0001062-03.2013.5.04.0384
2015	2480/2015	0019500-27.2006.5.04.0383
2016	2568/2016	0000429-26.2012.5.04.0384

12 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

O acervo da vara se manteve estável durante o período correccionado. Dos processos da unidade, 46% tramitam em meio eletrônico e 54% em meio físico, distribuição adequada considerando que a implantação do PJe no foro ocorreu há dois anos. Essa estabilidade é bastante positiva se considerado que as demais unidades da 4ª região elevaram o estoque de processos em tramitação.

O número de processos solucionados na unidade superou o número de casos novos no ano de 2015. De se registrar que o percentual de processos solucionados por acordo foi superior ao das demais unidades similares e ao de



todo o TRT4. Por outro lado, houve aumento no número de processos aguardando prolação de sentença com prazo vencido.

Os incidentes processuais pendentes de decisão, em 2015, também sofreram redução no estoque em função do número de incidentes julgados ter superado os recebidos no mesmo período.

Digna de elogio a iniciativa de, nas férias de um dos juízes, o outro fazer “pautões” de iniciais do colega que se encontra em férias a fim de não sobrecarregar a pauta na volta e, também, manter o prazo das audiências.

Na fase de execução, houve pouca variação no quantitativo de processos. O prazo médio de tramitação nessa fase ainda se mantém inferior ao prazo médio das demais unidades similares e de toda a 4ª Região.

A unidade está com a lotação completa e, segundo a Assistente de Direção, não sofre mais com rotatividade de servidores, que foi muito grande no passado. Não conta com nenhum estagiário. De acordo com a Assistente, a equipe sempre conseguiu manter tudo em dia, mas o número de processos aumentou sensivelmente e, por isso, estão aprendendo a lidar e gerenciar o trabalho em atraso.

A divisão do trabalho entre a equipe é feita de forma mista: por carteira e por tarefa, tanto nos processos físicos quanto nos eletrônicos. Os processos foram separados em dois grupos: um reúne instrução e liquidação e o outro a execução. Há 5 servidores trabalhando na instrução e na liquidação: 4 nos processos físicos e 1 nos processos eletrônicos. A intenção é, no futuro, todos os servidores atuarem em todas as fases e em todas as tarefas. Por conta disso, há pouco tempo, 4 servidores fizeram o curso de certidão de cálculo, tarefa centralizada, atualmente, em 1 servidora.

Requeru a Assistente de Diretora o oferecimento de cursos à distância em relação à certidão de cálculos e ao novo CPC, bem como a organização de cursos presenciais no foro de Taquara.

Na inspeção se pode verificar as boas instalações da unidade e o bom aproveitamento do espaço físico.

Na visita à Unidade e pela análise dos dados disponíveis, percebe-se o empenho dos juízes em exercício e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, demonstrando existir perfeita integração entre todos na unidade.

13 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.



ITEM 5.1.6 (Meta do CNJ específicas da Justiça do Trabalho - 2015)

Recomenda-se que a Unidade empenhe-se em promover, dentro do possível, a redução do prazo médio na fase de conhecimento, tendo em vista que não observada a meta em epígrafe (item 5.1.6, a), que estabeleceu a redução em 1% do prazo médio geral nas Unidades de primeiro grau da 4ª Região.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações nesse ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que o cumprimento da meta correspondente no ano de 2015 não foi observado (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços com o intuito de baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos nesta fase processual, uma vez que não observado o cumprimento da meta específica no ano de 2015 (Item 5.1.3) e os dados parciais do corrente ano sinalizam novo descumprimento da meta.

ITEM 9.1 (Processo Judicial Eletrônico – Pje)

Atente a Secretaria para as seguintes recomendações e determinações:

- a) realize, com brevidade, a conclusão do processo diante da oposição de embargos de declaração, bem como proceda com a notificação para ciência da respectiva sentença logo após sua publicação;
- b) atente para a necessidade da efetivação do impulso processual, por iniciativa do Juízo, logo após a devolução de mandados de citação ou notificação não cumpridos;
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, com a maior brevidade possível, as determinações contidas nos despachos e decisões, em especial, no que concerne a efetivação dos atos de constrição patrimonial estabelecidos em fase de execução mediante a utilização do convênio Bacenjud;
- d) realize, com a maior brevidade possível, transcorrido o prazo para manifestação das partes, a conclusão para o subseqüente impulso processual por iniciativa do Juízo, em especial, no que se refere à fase de elaboração de cálculos de liquidação;



- e) atente para a necessidade da prática dos atos de notificação logo após a publicação dos despachos ou decisões nesse sentido e
- f) realize a análise da admissibilidade recursal mediante o despacho pertinente, logo após, a interposição dos recursos pelas partes.

14 DETERMINAÇÕES

14.1. SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) nos processos descritos no **item 3.5.3**, com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) observe que a elaboração da minuta da sentença de julgamento de embargos de declaração no PJe-JT deve sempre ser feito no editor simples na tarefa “Minutar sentença – ED”, acessada a partir do subfluxo “Controle manual – Prazos pós-sentença”. Antes do encaminhamento do processo para assinatura pelo magistrado, através da tarefa “Analisar sentença – ED”, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, selecionando um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados);
- b) observe a secretaria a específica solução dada aos incidentes processuais, conforme o resultado da apreciação judicial (Acolhidos/Não acolhidos/Acolhidos em parte os Embargos de declaração; Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte); dê a secretaria a específica solução ao incidente processual “antecipação de tutela” nos processos **0020094-86.2016.5.04.0384**, **20673-34.2016.5.4.384**; **20699-32.2016.5.4.384** e **20931-44.2016.5.4.384**; conforme o resultado da apreciação judicial (Concedida/Não concedida/Concedida em parte a antecipação de tutela (nome da parte), retirando a pendência;
- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção dos embargos à execução opostos no processo n. **0000573-63.2013.5.04.0384**.

ITENS 7.11.1 e 7.11.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)



Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.11.1 e 7.11.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim.

Determina-se que, no caso de deferimento de dilação de prazo, seja registrado no sistema informatizado o novo prazo.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o disposto no artigo 44 da CPC/2015 quanto ao protocolo de recebimento das petições;
- b) observe o que dispõe o item III do artigo 53 da CPC/2015 quanto ao registro do número do telefone e/ou endereço eletrônico do advogado;
- c) adote o procedimento correto quanto à numeração e rubrica das folhas dos autos, conforme o disposto no art. 66 e §§ da CPC/2015. A numeração dos autos deve ser efetuada com clareza, de maneira legível, para evitar erros na sequência;
- d) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPC/2015;
- e) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, lançando-o, sempre que possível, no verso da folha em que houve a última movimentação processual, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPC/2015;

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem de andamentos sem movimentação há mais de 30 dias resultou em 170 **processos** parados. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de n. **0000832-58.2013.5.04.0384, 0001871-27.2012.5.04.0384, 0000749-76.2012.5.04.0384, 0002240-21.2012.5.04.0384 e 0000469-11.2012.5.04.0383**, dentre outros;



- a) efetue a remessa de autos ao TRT como dos processos de n. **0000881-65.2014.5.04.0384**, dentre outros;
- b) registre o andamento de suspenso/sobrestado no processo n. **0000334-59.2013.5.04.0384**, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para obter informações quanto as precatórias expedidas há mais de 45 dias, como nos processos de n. **0001705-92.2012.5.04.0384**, **0002045-36.2012.5.04.0384** e **0001836-67.2012.5.04.0384**, dentre outros;

14.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes Cinara Rosa Figueiró, Jaqueline Maria Menta, Lúcia Rodrigues de Matos, Osvaldo Antonio da Silva Stocher profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias da data da correição, listados ao final deste relatório, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão.

Os magistrados deverão informar a essa Vice-Corregedoria, em dez dias, **caso permaneçam pendências quando do recebimento deste relatório**, qual o prazo necessário para o cumprimento da determinação.

15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA

Solicita-se à SEGESP informações sobre a possibilidade de serem ministrados cursos EAD sobre certidão de cálculos.

Solicita-se à Escola Judicial informações sobre a possibilidade de ser ministrado curso sobre o novo CPC.

16 PRAZO PARA RESPOSTA

A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

Os Juízes Cinara Rosa Figueiró, Jaqueline Maria Menta, Lúcia Rodrigues de Matos e Osvaldo Antonio da Silva Stocher deverão atender às determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



17 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular Cinara Rosa Figueiró, com o Juiz Substituto Charles Lopes Kuhn, com a Assistente de Diretora de Secretaria Janaina Luiza Rypl Reis, e com os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara Trabalho de Taquara, das 11h às 11h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Na ocasião, o Desembargador Vice-Corregedor Regional, Marçal Henri Figueiredo, concedeu entrevista ao Jornal Panorama e recebeu o advogado Sérgio Ivan de Souza Moreira.

18 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular Cinara Rosa Figueiró, pelo Juiz Substituto Charles Lopes Kuhn, pela Assistente de Diretora de Secretaria Janaina Luiza Rypl Reis e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

Marçal Henri Figueiredo
Vice-Corregedor Regional



ANEXO 01

LISTAGEM DE PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO HÁ MAIS DE 50 DIAS DA DATA DA CORREIÇÃO (POR MAGISTRADO):

Juíza Cinara Rosa Figueiró – Processos de Cognição (98 processos)

0000582-88.2014.5.04.0384
0000882-84.2013.5.04.0384
0020304-74.2015.5.04.0384
0020213-81.2015.5.04.0384
0020267-47.2015.5.04.0384
0020237-12.2015.5.04.0384
0020305-59.2015.5.04.0384
0020175-69.2015.5.04.0384
0020256-18.2015.5.04.0384
0020490-97.2015.5.04.0384
0020494-37.2015.5.04.0384
0020660-69.2015.5.04.0384
0020586-15.2015.5.04.0384
0020617-35.2015.5.04.0384
0020641-63.2015.5.04.0384
0020363-96.2014.5.04.0384
0020649-40.2015.5.04.0384
0020772-38.2015.5.04.0384
0020633-86.2015.5.04.0384
0020016-38.2015.5.04.0381
0020732-56.2015.5.04.0384
0020741-18.2015.5.04.0384
0020650-25.2015.5.04.0384
0020676-23.2015.5.04.0384
0020114-14.2015.5.04.0384
0020651-10.2015.5.04.0384
0020235-42.2015.5.04.0384
0020419-95.2015.5.04.0384
0020706-58.2015.5.04.0384
0020780-15.2015.5.04.0384
0020574-98.2015.5.04.0384
0021230-61.2015.5.04.0382
0020652-92.2015.5.04.0384
0020668-46.2015.5.04.0384
0020737-78.2015.5.04.0384



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020665-91.2015.5.04.0384
0020866-83.2015.5.04.0384
0020718-72.2015.5.04.0384
0020815-72.2015.5.04.0384
0020733-41.2015.5.04.0384
0020763-76.2015.5.04.0384
0021062-53.2015.5.04.0384
0020857-24.2015.5.04.0384
0020764-61.2015.5.04.0384
0020091-68.2015.5.04.0384
0020752-47.2015.5.04.0384
0020856-39.2015.5.04.0384
0020034-50.2015.5.04.0384
0020147-38.2014.5.04.0384
0020683-15.2015.5.04.0384
0021010-57.2015.5.04.0384
0020985-44.2015.5.04.0384
0020152-26.2015.5.04.0384
0020845-10.2015.5.04.0384
0021003-65.2015.5.04.0384
0020595-74.2015.5.04.0384
0021291-13.2015.5.04.0384
0020630-34.2015.5.04.0384
0020945-62.2015.5.04.0384
0020883-22.2015.5.04.0384
0020873-75.2015.5.04.0384
0020952-54.2015.5.04.0384
0020966-38.2015.5.04.0384
0021147-45.2015.5.04.0382
0020493-52.2015.5.04.0384
0020953-39.2015.5.04.0384
0021131-85.2015.5.04.0384
0020977-67.2015.5.04.0384
0020887-59.2015.5.04.0384
0020888-44.2015.5.04.0384
0021017-49.2015.5.04.0384
0020770-68.2015.5.04.0384
0021025-26.2015.5.04.0384
0020466-69.2015.5.04.0384
0020875-45.2015.5.04.0384



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0021116-19.2015.5.04.0384
0020572-31.2015.5.04.0384
0020941-25.2015.5.04.0384
0021107-57.2015.5.04.0384
0021117-04.2015.5.04.0384
0021052-09.2015.5.04.0384
0021091-06.2015.5.04.0384
0021035-70.2015.5.04.0384
0021038-25.2015.5.04.0384
0021102-35.2015.5.04.0384
0020289-08.2015.5.04.0384
0021041-77.2015.5.04.0384
0020869-38.2015.5.04.0384
0021054-76.2015.5.04.0384
0021053-91.2015.5.04.0384
0021118-86.2015.5.04.0384
0020705-79.2015.5.04.0382
0020303-89.2015.5.04.0384
0020890-14.2015.5.04.0384
0021204-57.2015.5.04.0384
0021136-10.2015.5.04.0384
0020172-80.2016.5.04.0384
0021111-94.2015.5.04.0384

Juíza Cinara Rosa Figueiró - Embargos à execução (02 processos)

0000010-69.2013.5.04.0384
0000576-52.2012.5.04.0384

Juíza Jaqueline Maria Menta – Processos de Cognição (29 processos)

0000070-08.2014.5.04.0384
0000826-17.2014.5.04.0384
0020527-27.2015.5.04.0384
0020602-66.2015.5.04.0384
0020004-15.2015.5.04.0384
0020575-83.2015.5.04.0384
0020477-98.2015.5.04.0384
0020226-17.2014.5.04.0384
0020498-74.2015.5.04.0384
0020394-19.2014.5.04.0384
0020003-30.2015.5.04.0384



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0020678-90.2015.5.04.0384
0020740-33.2015.5.04.0384
0020713-50.2015.5.04.0384
0020659-84.2015.5.04.0384
0020141-94.2015.5.04.0384
0020826-04.2015.5.04.0384
0020959-46.2015.5.04.0384
0020958-61.2015.5.04.0384
0020789-74.2015.5.04.0384
0021011-48.2015.5.04.0382
0020386-42.2014.5.04.0384
0020850-32.2015.5.04.0384
0020348-93.2015.5.04.0384
0020989-81.2015.5.04.0384
0020981-07.2015.5.04.0384
0020150-90.2014.5.04.0384
0020814-87.2015.5.04.0384
0020739-48.2015.5.04.0384

Juíza Lúcia Rodrigues de Matos - Processos de Cognição (09 processos)

0020736-93.2015.5.04.0384
0021042-62.2015.5.04.0384
0020037-68.2016.5.04.0384
0021061-68.2015.5.04.0384
0021060-83.2015.5.04.0384
0021097-13.2015.5.04.0384
0021125-78.2015.5.04.0384
0021027-93.2015.5.04.0384
0020457-10.2015.5.04.0384

Juiz Osvaldo Antonio da Silva Stocher – Processos de Cognição (08 processos)

0020394-82.2015.5.04.0384
0020107-56.2014.5.04.0384
0020336-79.2015.5.04.0384
0020395-67.2015.5.04.0384
0020283-35.2014.5.04.0384
0020136-09.2014.5.04.0384
0020293-45.2015.5.04.0384
0020409-51.2015.5.04.0384

Juiz Osvaldo Antonio da Silva Stocher - Embargos de declaração (07 processos)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000879-95.2014.5.04.0384

0001782-04.2012.5.04.0384

0000882-50.2014.5.04.0384

0000328-18.2014.5.04.0384

0001435-34.2013.5.04.0384

0020152-60.2014.5.04.0384

0020240-98.2014.5.04.0384